

OUTROS ESPAÇOS, NOVOS SABERES: a atuação do pedagogo no Centro de Referência e Assistência Social – CRAS, em Imperatriz-MA

Keyla Cardoso Tavares

Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Auxiliar de Magistério na Rede Municipal de Ensino de Imperatriz – MA.
keylatavaress@hotmail.com

Késsia Mileny de Paulo Moura

Mestre em Educação e Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Professora Assistente do Curso de Pedagogia da UFMA/Campus de Imperatriz.
kessimileny@yahoo.com.br

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo conhecer as contribuições do pedagogo nos Centros de Referência e Assistência Social (CRAS), na cidade de Imperatriz-MA. Com abordagem qualitativa, a coleta de dados foi realizada em um período correspondente a um mês; desse total de tempo, uma parte foi dedicada à observação da rotina das atividades realizadas no CRAS e a outra às entrevistas com os pedagogos que atuam nas unidades, para saber como trabalham e quais são as contribuições desses profissionais para os CRAS. Com base na observação e na análise dos dados, foi possível perceber que os pedagogos participam da equipe técnica, que é responsável pelo acompanhamento das famílias cadastradas no CRAS, de palestras, do atendimento dos grupos e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, além de realizar o planejamento das atividades e dos projetos que serão executados pela unidade, com os outros profissionais que compõem a equipe do CRAS.

Palavras-chave: Pedagogos; Assistência Social; Direitos; Planejamento.

OTHER SPACES, NEW KNOWLEDGE: the pedagogue of operations in Reference Center and Social Assistance – CRAS at Imperatriz-MA

ABSTRACT

This study aimed to know the teacher's contributions in the Reference Centers and Social Assistance in the city of Imperatriz-MA. With a qualitative approach to data collection was carried out in a period of one month of the total time two weeks were devoted to observing the routine of activities at CRAS and the other two weeks to interviews with teachers working in units to find out how they work and what are the contributions of these professionals to the CRAS. Based on observation and analysis of the data, it was observed that the teachers participating in the technical team that is responsible for monitoring the families enrolled in CRAS, lectures, attendance groups and Living Services and Strengthening Linkages, and carry out the planning of activities and projects to be executed by the unit along with the other professionals who make up the CRAS team. Keywords: pedagogues, social welfare, rights, planning.

Keywords: Pedagogues; Social Welfare; Rights; Planning.

Outros espaços, novos saberes: a atuação do Pedagogo no Centro de Referência e Assistência Social – CRAS, em Imperatriz – MA
Keyla Cardoso Tavares; Késsia Mileny de Paulo Moura

OTROS ESPACIOS, LOS NUEVOS CONOCIMIENTOS: el papel del pedagogo en el Centro de Referencia y Asistencia Social – CRAS, en Imperatriz-MA

RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo conocer la contribución del pedagogo en los Centros de Referencia y Asistencia Social en la ciudad de Imperatriz-MA. Con un enfoque cualitativo para la recolección de datos se llevó a cabo en un período de un mes del tiempo total de dos semanas se dedicaron a observar la rutina de actividades en CRAS y las otras dos semanas para las entrevistas con los maestros que trabajan en unidades para averiguar cómo funcionan y cuáles son las contribuciones de estos profesionales al CRAS. Con base en la observación y análisis de los datos, se observó que los profesores participantes en el equipo técnico que se encarga de supervisar las familias inscritas en el CRAS, conferencias, los grupos de servicio y la convivencia y conexiones para fortalecer Servicio, y llevar a cabo la planificación de las actividades y proyectos a ser ejecutados por la unidad junto con los otros profesionales que conforman el equipo de CRAS.

Palabras clave: Pedagogos; El Bienestar Social; Los Derechos; La Planificación.

INTRODUÇÃO

O pedagogo é um profissional da educação que, nos últimos anos, vem conquistando outros espaços além do espaço escolar para desenvolver o seu trabalho. Esse deslocamento vem sendo ocasionado pelas mudanças econômicas e sociais, que ampliam as possibilidades do campo de atuação para esse profissional.

Sendo a Pedagogia a ciência que investiga a educação, os profissionais formados nessa área podem trabalhar em diversos segmentos, atuando no desenvolvimento de práticas pedagógicas que contribuam com os programas ou projetos em que estejam inseridos, sendo eles escolares ou não.

A atuação de pedagogos em espaços fora da escola também envolve sistemática de ações educativas. Um exemplo disso é o trabalho de pedagogos em programas da Assistência Social, como os que atuam no Centro de Referência e Assistência Social (CRAS).

O estabelecimento da Política Nacional de Assistência Social e a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2003, foram importantes para garantir a oferta dos programas, projetos e serviços assistenciais a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. Por meio da Proteção Social Básica, o SUAS visa a prevenir e reduzir as vulnerabilidades e riscos sociais, situações que podem surgir em decorrência de fatores que vão de dificuldades financeiras à fragilização de vínculos familiares e comunitários.

Outros espaços, novos saberes: a atuação do Pedagogo no Centro de Referência e Assistência Social – CRAS, em Imperatriz – MA
Keyla Cardoso Tavares; Késsia Mileny de Paulo Moura

As unidades do CRAS são instaladas em áreas com alto índice de vulnerabilidade social e os serviços desenvolvidos têm o objetivo de fortalecer vínculos familiares e comunitários, além de inserir indivíduos e famílias em políticas públicas, com o fim de promover o desenvolvimento social.

Nesse contexto, no presente trabalho, investigamos as atividades desenvolvidas pelos pedagogos que atuam nas cinco unidades do CRAS da cidade de Imperatriz-MA. O objetivo geral deste trabalho foi conhecer as contribuições do pedagogo no Centro de Referência e Assistência Social, em Imperatriz-MA. Os objetivos específicos são: caracterizar a função do pedagogo e suas nuances frente ao indicativo dos cursos de formação em Pedagogia e aos novos espaços de atuação para esse profissional; e verificar os objetivos, as ações e as contribuições do pedagogo no desenvolvimento de seu trabalho no CRAS.

Como procedimentos e instrumentos desta pesquisa, de natureza qualitativa, inicialmente, foi feita uma pesquisa bibliográfica em livros, artigos e documentos que versam sobre o assunto. Também foi realizada coleta de dados por meio da pesquisa de campo, na qual foi observado o *locus* de trabalho e foram entrevistados os sete pedagogos que atuam no programa, em Imperatriz.

Segundo Oliveira (2010, p. 23), por esta pesquisa ser de natureza qualitativa, justifica-se a utilização desses procedimentos, “sendo a observação e a entrevista os instrumentos mais utilizados em pesquisa qualitativa, bem como o questionário”.

O trabalho apresenta alguns aspectos importantes quanto à atuação do pedagogo, tanto no espaço escolar quanto nos espaços fora da escola, porque, historicamente, aqueles que se formavam em Pedagogia trabalhavam em escolas e o que se alterava era basicamente a função dentro da escola e não o local de trabalho para os pedagogos. Em seguida, apresenta aspectos importantes para a história da Assistência Social no Brasil, o processo de implantação do Centro de Referência e Assistência Social – CRAS e os programas ofertados nas unidades do CRAS. Posteriormente, foi feita a análise dos dados coletados, frutos da observação que fora realizada no CRAS, e das entrevistas realizadas com os pedagogos, como parte dos procedimentos de pesquisa. Por último, são oferecidas algumas reflexões sobre o tema, a partir das informações adquiridas durante a pesquisa.

O PEDAGOGO ENTRE OS ESPAÇOS DE ATUAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DO PERFIL PROFISSIONAL

Outros espaços, novos saberes: a atuação do Pedagogo no Centro de Referência e Assistência Social – CRAS, em Imperatriz – MA

Keyla Cardoso Tavares; Késsia Mileny de Paulo Moura

A primeira associação que fazemos, quando nos referimos aos profissionais da Pedagogia, diz respeito ao trabalho realizado por eles nas escolas, como professores, administradores ou supervisores. Desde a primeira regulamentação, por meio do Decreto-Lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939, que trata do curso de Pedagogia e outros cursos, existe uma tentativa de designar um local ou um ambiente específico para atuação do pedagogo, que, sendo um profissional da educação, tem na escola o local que mais oferece oportunidades de atuação, porém não único.

Sobre o Curso de Pedagogia, Libâneo e Pimenta (1999, p. 242) destacam que ele se destinará à formação de profissionais interessados em estudos do campo teórico-investigativo da educação e no exercício técnico-profissional, como pedagogos no sistema de ensino, nas escolas e em outras instituições educacionais e não escolares. Diante disso, cabe ressaltar, então, quem é esse profissional, na visão de Libâneo (2005, p. 33):

Por sua vez o pedagogo é o profissional que atua em várias instâncias da prática educativa direta ou indiretamente ligadas à organização e aos processos de transmissão e assimilação de saberes e modos de ação, tendo em vista objetivos de formação humana previamente definidos em sua contextualização histórica.

No final da década de 1970, o setor educacional refletia o cenário nacional de mobilização social em prol de grandes mudanças. Sobre esse período importante para os educadores no Brasil, Brzezinski (2012, p. 97) destaca que o movimento de reorganização dos educadores, do final dos anos 1970, articulava-se ao movimento global da sociedade brasileira, que não mais se submetia à alienação e à opressão impostas ao sujeito coletivo, força de trabalho.

Nesse contexto, os educadores começaram a participar de encontros e debates, com o intuito de conseguirem representatividade nas decisões nacionais. Em 1981, participaram de seminários regionais organizados pelos profissionais e estudiosos envolvidos com a formação de educadores.

Em meados dos anos 1980, os cursos de Pedagogia começaram a adotar o currículo centrado na formação de professores para séries iniciais do ensino fundamental. Mas essa postura foi adotada apenas por alguns cursos, pois a formação do licenciado especialista não havia acabado de vez. Cunha (2008, p. 27) analisa esse cenário da seguinte maneira:

Na década de 1980, os Cursos de Pedagogia incorporaram duas grandes tendências: a) a formação de licenciados especialistas habilitados nos moldes do Parecer do Conselho Federal de Educação (CFE) nº 252/69, a saber: docentes das disciplinas pedagógicas nos cursos de Magistério em nível médio, administradores escolares, supervisores e orientadores educacionais, e até

Outros espaços, novos saberes: a atuação do Pedagogo no Centro de Referência e Assistência Social – CRAS, em Imperatriz – MA
Keyla Cardoso Tavares; Késsia Mileny de Paulo Moura

mesmo inspetores educacionais; b) a formação de licenciados para o exercício do magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e/ou Educação Infantil e, em alguns casos, incluindo a formação para o magistério das disciplinas pedagógicas do nível médio.

As diferenças entre essas duas tendências para o curso de Pedagogia certamente não colaboravam com um delineamento claro da função ou das funções que deviam ser ocupadas pelos pedagogos dentro das escolas. Já na década seguinte, a Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96 traz, no artigo 64, o seguinte texto:

Art. 64 – A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional (BRASIL, 1996, p. 20).

O curso de Pedagogia, nos últimos anos, é o responsável pela formação dos professores para os primeiros anos do ensino fundamental e para a educação infantil e também para outras áreas em que se percebeu a necessidade do trabalho de pedagogos, de acordo com o art. 62 da Lei de Diretrizes e Bases, de 1996:

Art. 62 – A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal (BRASIL, 1996, Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013, p. 20).

Dessa forma, apesar de ter uma base curricular voltada para a docência na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, é estabelecido, a partir da lei, que o curso de Pedagogia forme profissionais para atuarem dentro das escolas, sem a necessidade de se fazer a escolha de uma especialização durante o curso.

Fatores como a globalização e as grandes invenções tecnológicas ampliaram as possibilidades de trabalho. E, se a educação é a maneira que as pessoas têm para enfrentar o grande desafio de se manterem atualizadas, os profissionais formados em Pedagogia são fundamentais:

A Pedagogia é uma reflexão teórica baseada nas práticas educativas e sobre elas. Investiga os objetivos sociopolíticos e os meios organizativos e metodológicos de viabilizar os processos formativos em contextos socioculturais específicos. Todo educador sabe, hoje, que as práticas educativas ocorrem em muitos lugares em muitas instâncias formais, não formais e informais (LIBÂNEO; PIMENTA, 1999, p. 252).

Outros espaços, novos saberes: a atuação do Pedagogo no Centro de Referência e Assistência Social – CRAS, em Imperatriz – MA
Keyla Cardoso Tavares; Késsia Mileny de Paulo Moura

O art. 4º das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para o curso de Pedagogia, de 2006, assim define a destinação do curso:

Art. 4º – O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

Parágrafo único. As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando:

I - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação;

II - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares;

III - produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares (BRASIL, 2006, p. 02).

A atuação de pedagogos em espaços extraescolares acontece no momento em que a sociedade percebe a necessidade de um profissional preocupado com o processo educativo. Franco (2002, p. 105) acredita que “teremos possibilidades de convivência social no futuro se a sociedade atual começar a se pedagogizar. Precisamos, nós pedagogos, enfrentar essa urgente tarefa social.” É como investigadores do processo educativo, visando a adequar esse processo à realidade do sujeito, que os pedagogos intervêm:

A educação é um fenômeno social inerente à constituição do homem e da sociedade, integrante, portanto, da vida social, econômica, política e cultural. Trata-se, pois, de um processo global entranhado na prática social, compreendendo processos formativos que ocorrem numa variedade de instituições e atividades (sociais, políticas, econômicas, religiosas, culturais, legais, familiares, escolares), nas quais os indivíduos estão envolvidos de modo necessário pelo simples fato de existirem socialmente (LIBÂNEO, 2005, p. 97).

Nesse contexto, a formação do pedagogo se torna mais complexa, dada a abrangência de espaços e de oportunidades, que implicam esforços e dedicação. Como a sociedade se transforma e evolui, a concepção de processo educativo, que outrora talvez se restringisse a um espaço, ou apenas a alguns, atualmente, atinge outras dimensões, espaços e outros objetivos.

O interessante para o pedagogo é entender, desde a sua formação, que a atuação em qualquer espaço de trabalho implica que ele, como educador, envolve-se com o processo educativo e está ligado diretamente ao desenvolvimento do ser humano:

A formação proposta para o profissional da educação do curso de pedagogia é abrangente e exigirá uma nova concepção da educação, da escola, da pedagogia, da docência, da licenciatura. Uma nova compreensão que situe a educação, a escola, a pedagogia, a docência e a licenciatura no contexto mais amplo das

Outros espaços, novos saberes: a atuação do Pedagogo no Centro de Referência e Assistência Social – CRAS, em Imperatriz – MA
Keyla Cardoso Tavares; Késsia Mileny de Paulo Moura

práticas sociais construídas no processo de vida real dos homens, com o fim de demarcar o caráter sócio- histórico desses elementos (AGUIAR et al., 2006, p. 832).

O processo educativo pode acontecer, a partir da troca de experiências entre as pessoas e esse processo pode ocorrer em qualquer lugar. Torna-se a maneira de continuação de um povo, de uma cultura. Somente por meio da construção e transmissão dos conhecimentos é que são mantidas vivas as tradições milenares repassadas de geração em geração:

A ação educadora seria, pois, a transmissão às crianças, aos jovens e adultos, de princípios valores, costumes, ideias, normas sociais, regras de vida, às quais precisam ser adaptados, ajustados. Educa-se para que os indivíduos repitam os comportamentos sociais esperados pelos adultos, de modo que se formem à imagem e semelhança da sociedade em que vivem e crescem (LIBÂNEO, 2005, p. 73).

A educação é, portanto, um processo complexo. É aquilo que transforma a realidade, que melhora a capacidade de pensar e de agir frente aos desafios da vida:

A educação não é a preparação para a vida é a própria vida (...). A educação é uma constante reconstrução ou reorganização da nossa experiência, que opera uma transformação direta da qualidade da experiência e, ao mesmo tempo, nossa aptidão para dirigirmos o curso das experiências subsequentes (DEWEY, 1979 apud LIBANELO, 2005, p. 75).

Assim, a atuação do pedagogo no espaço extraescolar se torna fundamental, à medida que a sociedade reconhece que é preciso objetivar os processos educativos, que muitas vezes já acontecem. E objetivar, nesse sentido, é estabelecer metas, tornar claro todo o processo e o que se pretende por meio dele:

O curso de pedagogia deve formar o pedagogo *stricto sensu*, isto é, um profissional qualificado para atuar em vários campos educativos para atender demandas socioeducativas de tipo formal e não-formal e informal, decorrentes de novas realidades, novas tecnologias, novos atores sociais, ampliação das formas de lazer, mudanças nos ritmos de vida, presença dos meios de comunicação e informação, mudanças profissionais (LIBANELO, 2005, p. 38).

À medida que a Pedagogia vai ampliando a sua abrangência, vão surgindo também outras denominações para diferenciar o ramo de atuação do pedagogo, como o pedagogo empresarial, ou ainda a pedagogia ambiental e a pedagogia social.

Outros espaços, novos saberes: a atuação do Pedagogo no Centro de Referência e Assistência Social – CRAS, em Imperatriz – MA
Keyla Cardoso Tavares; Késsia Mileny de Paulo Moura

A pedagogia social, nesse sentido, surge da necessidade de se investir no coletivo, de repensar valores que embasam a convivência social e que garantem o respeito à vida e o desenvolvimento pleno do ser humano:

A pedagogia social é uma ciência em construção direcionada para as classes populares, que tem como objetivo “agir sobre a prevenção e a recuperação das deficiências de socialização, e de modo especial lá onde as pessoas são vítimas da insatisfação das necessidades fundamentais” (CALIMAN, 2006 apud GOMES et al., 2012, p. 138).

Esses aspectos direcionam o trabalho do pedagogo social para ONGs, projetos que tratam de preservação ambiental, casas de detenção, abrigos que recebem crianças retiradas da família, projetos culturais ou de formação profissional e ainda em programas sociais criados pelo governo. O pedagogo direciona seu trabalho de acordo com o objetivo do projeto:

Cada espaço não escolar, que busca as teorias pedagógicas, tenta desenvolver suas próprias teorias, acreditando que somente o sistema formal não dará conta de todas as relações pedagógicas nos ambientes em que estão presentes. Buscam levar a pedagogia para hospitais, ONGs, movimentos sociais, empresas, na tentativa de complementar o processo de formação dos indivíduos, mas cada um com sua intencionalidade (CAVALCANTE et al., 2009, p. 02).

Na perspectiva de que a educação assume uma postura emancipatória no processo de desenvolvimento do sujeito, ela acontece de formas diferentes e em espaços diferentes:

Trata-se, assim, de reconhecer no conceito de educação do linguajar corrente esta ideia balizadora: o acontecer educativo corresponde à ação e ao resultado de um processo de formação dos sujeitos ao longo das idades para se tornarem adultos, pelo que adquirem capacidades e qualidades humanas para o enfrentamento de exigências postas por determinado contexto social (LIBÂNEO, 2005, p. 73).

A atuação do pedagogo em projetos sociais e em outros espaços não escolares mostra que esse profissional constrói um novo perfil e se adapta, aos poucos, a ele. Para o pedagogo que atua na área social, existe a possibilidade de realizar diversas atividades. Como destaca Martins (2008, p. 10):

Cabe ressaltar que além das atividades ligadas diretamente à situação de aprendizagem, o Pedagogo Social pode exercer outras atividades ligadas à gestão de projetos, coordenação de equipes, captação de recursos. Tais funções exigirão do Pedagogo Social, o domínio de conhecimentos ligados à Psicologia, Sociologia, ao Serviço Social, não devendo se desconsiderar que todo esse trabalho para concretizar seu caráter político e transformador deve ser

Outros espaços, novos saberes: a atuação do Pedagogo no Centro de Referência e Assistência Social – CRAS, em Imperatriz – MA

Keyla Cardoso Tavares; Késsia Mileny de Paulo Moura

desenvolvido em uma rede social articulada de políticas públicas para a construção coletiva de um mundo democrático.

Aqui, o pedagogo trabalharia na promoção dos direitos à dignidade e do bem-estar dos sujeitos assistidos, pilar dos direitos humanos. Nesse contexto, citamos, como exemplo, os pedagogos que atuam no campo da Assistência Social.

A CONSOLIDAÇÃO DO CRAS, SEUS CONDICIONANTES, SUJEITOS E AÇÕES

A Assistência Social no Brasil, por muito tempo, foi sinônimo de ajuda ou favor, tendo como principais responsáveis por essas ações igrejas e outras instituições filantrópicas. Hoje a assistência é um direito de qualquer pessoa que dela necessite, como consta no Art. 1º da Lei nº 8.742, de 7 de Dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS:

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993, p. 01).

A partir de 1997 foi aprovada a primeira Política Nacional de Assistência Social, a segunda publicação da PNAS data do ano de 1998 e a mais atual é de 2004. Entre os objetivos da Política Pública de Assistência Social, está o de “prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem” (PNAS/MDS, 2004, p. 27). Essa política ainda estabelece os princípios que regem a oferta desses serviços.

Os trabalhos prestados pela assistência são portas que se abrem e que podem transformar, de alguma maneira, a vida daqueles que precisam dos serviços assistenciais. O texto do PNAS/SUAS (2004) enfatiza que se deve levar em consideração que a assistência é um direito das pessoas e que os serviços devem priorizar as necessidades de cada região, família ou indivíduo.

Nesse sentido, os avanços no campo da Assistência Social ocorrem, principalmente, no sentido de conhecer os riscos aos quais muitas pessoas estão expostas e de aproximar o serviço assistencial dessas pessoas, na tentativa de prevenir qualquer tipo de violação dos direitos dos cidadãos. Esse processo tem sido possível pela implantação dos Centros de

Outros espaços, novos saberes: a atuação do Pedagogo no Centro de Referência e Assistência Social – CRAS, em Imperatriz – MA

Keyla Cardoso Tavares; Késsia Mileny de Paulo Moura

Referência e Assistência Social (CRAS), cujo objetivo é facilitar o acesso das pessoas à prestação de serviços assistenciais.

O Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública que funciona com o objetivo de facilitar o acesso de indivíduos e famílias à rede de proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e serve como referência para a prestação de serviços socioassistenciais. Nas orientações técnicas para o CRAS, publicadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), esse centro é assim definido:

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e do DF. Dada sua capilaridade nos territórios, se caracteriza como a principal porta de entrada do SUAS, ou seja, é uma unidade que possibilita o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social de assistência social (BRASIL, 2009, p. 09).

As unidades do CRAS funcionam com o objetivo de oferecer serviços de Assistência Social para toda a família. Eles servem de referência para a prestação de serviços da assistência social básica, os quais podem ser ofertados no próprio CRAS ou em locais que estejam referenciados a um CRAS e localizados em seu território de abrangência.

A implantação do CRAS configura um avanço para a assistência, pois essas unidades representam a descentralização dos serviços prestados, a partir de dois aspectos importantes que caracterizam o atendimento nelas realizado: a matricialidade sociofamiliar e a territorialização. Esses dois aspectos são explicados nas Orientações Técnicas do CRAS, da seguinte maneira:

A matricialidade sociofamiliar se refere à centralidade da família como núcleo social fundamental para a efetividade de todas as ações e serviços da política de assistência social. A família, segundo a PNAS, é o conjunto de pessoas unidas por laços consanguíneos, afetivos e ou de solidariedade, cuja sobrevivência e reprodução social pressupõem obrigações recíprocas e o compartilhamento de renda e/ou dependência econômica (BRASIL, 2009, p. 12).

Já a territorialização, segundo as orientações técnicas do CRAS, pode ser fundamental para facilitar não só o acesso, mas a permanência das pessoas cadastradas nos serviços ofertados. Assim, as unidades do CRAS devem ser implantadas, preferencialmente, em uma área central do território onde foi identificada pela secretaria de assistência do

Outros espaços, novos saberes: a atuação do Pedagogo no Centro de Referência e Assistência Social – CRAS, em Imperatriz – MA

Keyla Cardoso Tavares; Késsia Mileny de Paulo Moura

município, ou órgão responsável por esse serviço, a necessidade de implantação de uma unidade de referência.

No CRAS são feitos o cadastro no programa Bolsa Família, os encaminhamentos para outras unidades referenciadas ao CRAS e a prestação de esclarecimentos quanto ao Benefício de Prestação Continuada – BPC. Além disso, é ofertado o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, no próprio CRAS ou em outro local no seu território de abrangência e o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF.

Em relação ao programa Bolsa Família, atualmente, as atualizações de cadastro são realizadas no próprio CRAS. A equipe do CRAS também é responsável por acompanhar as famílias que descumpram as condicionalidades para o recebimento do benefício, como crianças que estão fora da escola ou famílias que deixaram de fazer o recadastramento. Nesses casos, acontecem as visitas com o objetivo de inserir novamente a família no programa. O trabalho com as famílias é a base para a oferta de todos os outros serviços.

Por meio do PAIF são identificadas as principais necessidades dessas famílias e as ações que podem ser desenvolvidas para enfrentar tais dificuldades. A Resolução nº 109/2009, publicada no Diário Oficial da União, que trata da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, assim define o objetivo do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família:

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo (BRASIL, 2009, p. 06).

O PAIF acontece no CRAS e, de acordo com a situação da família, pode ocorrer por meio de dois processos: o acompanhamento e o atendimento. O atendimento consiste em ações mais imediatas, como a inserção dos membros das famílias nos serviços ou, dependendo da necessidade, o encaminhamento a outras unidades da assistência. O acompanhamento se caracteriza por uma série de ações que devem ser realizadas pela equipe técnica do CRAS; é destinado às famílias que necessitarem de atenção especial.

As famílias atendidas pelo programa são aquelas que formam a comunidade de abrangência de um Centro de Referência e Assistência Social, fragilizadas por questões que podem ir de dificuldades financeiras a rupturas de vínculos familiares, problemas de saúde,

Outros espaços, novos saberes: a atuação do Pedagogo no Centro de Referência e Assistência Social – CRAS, em Imperatriz – MA
Keyla Cardoso Tavares; Késsia Mileny de Paulo Moura

casos de trabalho infantil ou ainda outros problemas que afetam a convivência familiar, o que caracteriza sua situação de vulnerabilidade e risco social.

Assim, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) faz o atendimento com o objetivo de auxiliar no fortalecimento de vínculos, que, por algum motivo, encontram-se fragilizados. Esse trabalho serve para reforçar o papel importante das famílias no desenvolvimento humano.

Os profissionais que trabalham no CRAS são os responsáveis por executar atividades referentes aos programas, serviços e projetos ofertados às famílias referenciadas. A equipe deve ser selecionada por meio de concurso público ou processo seletivo temporário por recomendação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Toda a equipe deve passar por capacitação antes de iniciar as atividades e o quadro de funcionários deve levar em consideração o número de famílias cadastradas.

De acordo com as orientações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, dentre as atribuições dos profissionais selecionados para o CRAS que possuem nível médio estão: participação nas atividades de capacitação da equipe de referência do CRAS; apoio ao trabalho dos técnicos de nível superior da equipe de referência do CRAS; participação nas reuniões de planejamento e avaliação do processo de trabalho com a equipe de referência do CRAS; recepção e oferta de informações às famílias usuárias do CRAS; e atendimento no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, como orientadores sociais ou facilitadores nas oficinas.

A equipe técnica de nível superior deve contar com psicólogos, assistentes sociais e outros profissionais de nível superior que serão definidos a partir de um diagnóstico de responsabilidade da gestão municipal e da coordenação dos CRAS. Os profissionais que poderão fazer parte dessa equipe, como recomendam as Orientações Técnicas do CRAS, são: o pedagogo, o antropólogo, o sociólogo ou outro profissional de nível superior com formação compatível com as intervenções sociais realizadas pelo PAIF.

Para realizar o atendimento no CRAS, é necessário que o pedagogo considere a realidade das pessoas atendidas e assim planeje atividades que, de fato, favoreçam o desenvolvimento pessoal e social daqueles que participam dessas atividades. A atuação do pedagogo na assistência social é resultado de um processo que busca contribuir para melhorar a vida das pessoas.

Algo muito interessante na Pedagogia é o privilégio de dialogar e humanizar no sentido de transformar realidades. Nos programas sociais ofertados nos CRAS, esses dois eixos são prioridades para que haja um desenvolvimento de excelência com as famílias em situações de vulnerabilidade e assim alcançar o

Outros espaços, novos saberes: a atuação do Pedagogo no Centro de Referência e Assistência Social – CRAS, em Imperatriz – MA
Keyla Cardoso Tavares; Késsia Mileny de Paulo Moura

sucesso nos objetivos propostos pela Assistência Social, que são reflexão, ação e transformação (LOURENÇO, 2015, p. 308).

O pedagogo que atua no CRAS terá como público uma população fragilizada por aspectos que vão de problemas familiares até financeiros. Por esse motivo, é importante que seja um profissional que possua uma visão ampla dos fatos, porque nesse trabalho com indivíduos e famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social é preciso perceber de que maneira essa situação pode ser superada. Nesse sentido, é que o pedagogo se torna essencial:

[...] o que temos que fazer, na verdade, é propor ao povo, através de certas contradições básicas, sua situação existencial, concreta, presente, como problema que, por sua vez, o desafia e, assim, lhe exige resposta, não só no nível intelectual, mas no nível da ação (FREIRE, 2011 apud LOURENÇO, 2015, p. 307).

A atuação do pedagogo no CRAS é essencial porque contribui para uma mudança na vida dos sujeitos, principal objetivo da assistência social, que trabalha para que o sujeito se torne capaz de reescrever sua própria história, longe da exclusão e das vulnerabilidades, pautado no reconhecimento dos seus deveres e, principalmente, dos seus direitos como cidadão. Sobre uma cartilha elaborada pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania do Estado de Pernambuco, chamada Prática Pedagógica na Assistência Social, que destaca o que representa esse planejamento dentro do CRAS, Lira (s/d, p. 16) comenta o seguinte:

Prática pedagógica na assistência social, fortalecendo o processo de inclusão social através do CRAS acontece em todos os espaços coletivos, pautados nos valores sociais que delineiam a identidade das pessoas. Portanto, a importância da educação para a transformação está além dos muros das creches, escolas e universidades. A educação que transforma está na capacidade de refletir sobre os conhecimentos e na produção de saberes que terão aplicabilidade nos espaços coletivos. Uma educação que esteja além da escolarização, da formalização e da apropriação de conhecimentos, que reconheça as potencialidades dos indivíduos e a capacidade coletiva de (re)criar o mundo a partir dos contextos onde estão inseridos.

Em Imperatriz, o CRAS foi implantado em 2007. O primeiro CRAS foi o Santa Lúcia, cuja unidade, na época, estava sediada no bairro Vila Nova. Hoje esse CRAS está no bairro Recanto Universitário. Os outros CRAS foram instalados em Imperatriz em 2010: o CRAS Bacuri, sediado no bairro Bacuri; o CRAS Cafeteira, no próprio bairro Cafeteira; o CRAS Coquelândia, no povoado Coquelândia; e o CRAS Santa Rita, no bairro São José.

Outros espaços, novos saberes: a atuação do Pedagogo no Centro de Referência e Assistência Social – CRAS, em Imperatriz – MA
Keyla Cardoso Tavares; Késsia Mileny de Paulo Moura

Cada unidade do CRAS atende a vários bairros. Assim, o nome do CRAS refere-se ao bairro que caracteriza toda a região por ele assistida para facilitar o acesso das pessoas, a exemplo do grande Santa Rita, que diz respeito ao próprio bairro Santa Rita e a outros bairros próximos. O CRAS do povoado Coquelândia atende à zona rural de Imperatriz. Nele, são atendidas as pessoas dos povoados Imbiral, Bacaba, Esperantina, São José da Matança, Olho D'Água, São Félix e Petrolina.

Os profissionais que compõem as equipes dos CRAS em Imperatriz são contratados por concursos ou seletivos realizados pela prefeitura. Em todas as cinco unidades do CRAS em Imperatriz, a equipe técnica de nível superior é composta por pedagogos, psicólogos e assistentes sociais.

Também fazem parte da equipe do CRAS os educadores sociais, que trabalham com as crianças e adolescentes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Os facilitadores das oficinas de dança, esporte e música ou dos cursos de artesanato, assim como os profissionais que compõem as equipes de apoio e de recepção, são encaminhados ao CRAS pela Secretaria de Desenvolvimento Social.

A ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NO CRAS: FUNÇÃO SOCIAL E CONSTRUÇÃO DO PERFIL PROFISSIONAL

Durante o período de observação foi possível constatar que, das cinco unidades do CRAS em Imperatriz, apenas uma está instalada em um prédio construído especificamente para esse fim. Os demais são locados pela administração municipal. As cinco unidades estão em bairros periféricos, em áreas com pouca infraestrutura, onde residem muitas famílias em situação de risco social, como determinam as orientações técnicas para o CRAS.

Em todos os CRAS são realizadas atividades com crianças, jovens, adultos e idosos, além de outros grupos, como o grupo de mulheres gestantes. Este grupo oferece um apoio importante para as mães, principalmente, as adolescentes ou aquelas que não contam com o apoio da família.

Nenhum programa repara completamente as dificuldades que a população enfrenta para viver, sejam elas financeiras, familiares ou relacionadas a questões de saúde, educação e segurança. Esses programas sociais oferecem às famílias, de diferentes maneiras, um suporte para que essas pessoas alcancem condições necessárias à sobrevivência.

Outros espaços, novos saberes: a atuação do Pedagogo no Centro de Referência e Assistência Social – CRAS, em Imperatriz – MA

Keyla Cardoso Tavares; Késsia Mileny de Paulo Moura

Todo ser humano tem direito a moradia, assistência médica e condições que lhe permitam viver com dignidade junto à sua família, como consta no texto da Declaração Universal dos Direitos Humanos. O artigo de nº 25 dessa Declaração diz o seguinte:

Art. 25 – 1. Toda pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade. 2. A maternidade e a infância têm direito a ajuda e a assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozam da mesma proteção social (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948, p. 5).

A violação de qualquer um desses direitos é um desrespeito ao ser humano, por isso a importância de programas e projetos sociais como o Centro de Referência e Assistência Social, que, por meio da educação e informação, fortalecem as pessoas na luta pela garantia de seus direitos.

Quanto à composição das equipes técnicas que atuam nos CRAS em Imperatriz, elas são compostas, em média, por um psicólogo, um pedagogo e um assistente social. Ao todo, na cidade, são sete pedagogos para as cinco unidades, com carga horária de 20 horas semanais. Em duas unidades do CRAS, dois pedagogos atuam: um para cada turno. Nas demais unidades, atualmente, os atendimentos têm sido realizados apenas com um pedagogo, enquanto ainda aguardam a chegada de outros profissionais que devem completar a equipe.

Na obtenção dos dados necessários para análise desta pesquisa foram realizadas entrevistas com os pedagogos que atendem em todos os CRAS da cidade de Imperatriz. Os nomes dos entrevistados serão preservados por questões éticas da pesquisa. Adotaremos as letras do alfabeto em referência aos sete pedagogos sujeitos da pesquisa: “A”, “B”, “C”, “D”, “E”, “F” e “G”, que atendem nas cinco unidades do CRAS, em Imperatriz.

Em Imperatriz, os pedagogos que atuam no CRAS têm idade entre 31 e 48 anos. Logicamente, todos são formados em Pedagogia e o tempo de formação está entre 6 e 15 anos, com pós-graduação em diversas áreas, a saber: entrevistado A, com pós-graduação em Didática do ensino superior e Gestão em saúde pública; entrevistado B, com especialização em Educação e direitos humanos; entrevistado C, com pós-graduação em Psicopedagogia clínica e institucional, Neuropsicopedagogia e Pedagogia hospitalar; entrevistado D, com pós-graduação em Psicopedagogia e Educação infantil; entrevistado E, com pós-graduação em Gestão, administração e supervisão escolar, mestrado em

Outros espaços, novos saberes: a atuação do Pedagogo no Centro de Referência e Assistência Social – CRAS, em Imperatriz – MA
Keyla Cardoso Tavares; Késsia Mileny de Paulo Moura

Ciências da Educação e doutorado em Gestão e Ciências da Educação; e entrevistados F e G, com pós-graduação em Educação infantil.

Quanto ao tempo de trabalho no CRAS, os entrevistados possuíam, na data da entrevista, de sete meses a três anos trabalhando no CRAS. Dos sete pedagogos entrevistados, três não conheciam o trabalho realizado no CRAS antes de irem trabalhar lá e quatro já tinham algum conhecimento sobre o assunto.

Quando perguntados sobre os motivos de trabalharem em espaços não escolares, seis dos pedagogos destacaram que participaram do concurso sem saber que seriam lotados na Assistência Social. Sobre essa questão, um entrevistado destacou:

Pedagogo C – [...] Na verdade eu estava querendo respirar outros ares, e de certa forma, enfadado. Sou professor há 20 anos, e exatamente, eu continuo professor, ainda dou aula ainda. (...) sou apaixonado pela educação, mas eu queria respirar outros ares, e vir para assistência foi uma oportunidade que surgiu. [...] Como eu já gostava da ideia um pouquinho, fui estudar e acabei ficando, ficando, e hoje estou praticamente arraigado (Destques do entrevistado).

Na sua fala, o entrevistado esclarece o motivo de ordem pessoal que o motiva para esse trabalho em ambiente não escolar, embora também atue na docência. Nesse sentido, reforça o que diz Libâneo (2005) sobre o leque de oportunidades que a formação em Pedagogia possibilita.

Segundo os entrevistados, o encaminhamento para a Secretaria de Assistência Social teria sido uma surpresa, mas, hoje, segundo a maioria, não existe interesse em deixar a assistência social.

Questionados sobre as principais atribuições do pedagogo no CRAS, os entrevistados assim destacaram:

Pedagogo A – [...] Aqui eu faço parte de uma equipe multidisciplinar. Quem faz parte dessa equipe? Psicólogo, assistente social e as pedagogas. Então, o nosso foco é, quando você se depara com uma família que está em situação de vulnerabilidade, os nossos, esses técnicos, eles se encontram cada *uma* com o seu olhar *né*, pra gente fazer um plano de trabalho para aquela família, entendeu?! Eu, com as minhas habilidades, o que eu venho, onde que eu poderia trabalhar aqui com essa família? Então, a gente entra com o plano de trabalho pra trabalhar cada família. Eu percebo que o peso do trabalho do pedagogo no CRAS é o conhecimento que o pedagogo tem quanto ao planejamento, porque todas as ações que são desenvolvidas no CRAS têm que ser planejadas. (...) E o psicólogo, o assistente social, eles não têm essa competência, eles não trouxeram da formação deles, eles não estudaram didática, eles não estudaram essa questão do planejamento, então, eu vejo a importância maior do pedagogo é, no CRAS, é quanto ao planejamento mesmo das ações (Destques do entrevistado).

Pedagogo C – O pedagogo no CRAS, ele tem muitas funções. (...) Mas, desde o planejamento, todas as ações, sentar com a equipe técnica pra planejar as

Outros espaços, novos saberes: a atuação do Pedagogo no Centro de Referência e Assistência Social – CRAS, em Imperatriz – MA

Keyla Cardoso Tavares; Késsia Mileny de Paulo Moura

reuniões, o acompanhamento, tudo, nós estamos inseridos. O pedagogo, ele, afinal de contas, não existe o pedagogo, o assistente social e o psicólogo de forma totalmente separados, os três são um, se tirar um deles a equipe está incompleta, então, cada um entra com a sua contribuição. (...) O pedagogo ele vem com o arcabouço da sua formação pra área do planejamento, pra área da gestão, pra o acompanhamento, pra interdisciplinaridade, pra inter-relação entre os pensamentos, as coisas e o que se vai fazer no dia a dia no CRAS (Destques do entrevistado).

Como podemos observar nas falas, em consonância com as orientações técnicas para o CRAS do MDS, esses profissionais têm desenvolvido planejamento de ações em função dos atendidos ou assistidos. Juntamente com os outros técnicos, eles elaboram um plano de trabalho para cada família, planejam e também participam dos encontros com os grupos, assim como acompanham as visitas domiciliares quando necessário, principalmente nos casos em que são encontradas crianças que não frequentam a escola. Eles também realizam cadastro de famílias, planejam e promovem as reuniões com a equipe técnica e com os educadores sociais.

Segundo os próprios pedagogos entrevistados, as principais atividades desenvolvidas por eles são planejamento e elaboração de projetos dentro da proposta do CRAS. Na visão do pedagogo, é o planejamento que diferencia a sua atuação dentro do CRAS. Assim, cabe a esse profissional direcionar o trabalho que será realizado com o indivíduo ou com as famílias, visando ao enfrentamento das vulnerabilidades e do risco social:

[a] pedagogia assume, precisamente, essa tarefa de orientar a prática educativa de modo consciente, intencional, sistemático, para finalidades sociais e políticas cunhadas a partir de interesses concretos no seio da práxis social, ou seja, de acordo com exigências concretas postas à humanização num determinado contexto histórico-social. Junto a isso, formula e desenvolve condições metodológicas e organizativas para viabilizar a atividade educativa (LIBÂNEO, 2005, p. 142).

Dos sete pedagogos entrevistados, seis têm experiência como professores e uma tem experiência como auxiliar de magistério na rede pública municipal. Assim, todos destacaram as experiências docentes como sendo as que de fato contribuem para a atuação do pedagogo no CRAS. Nesse sentido, vejamos a fala de um dos entrevistados:

Pedagogo E – Já trabalhei como docente tanto de educação de ensino fundamental como do ensino superior. Todos eles contribuem muito, porque a prática da didática... De você poder dar uma aula, você preparar elaboração de planos, tudo isso na docência, ela vem contribuindo pra que você possa realizar seu trabalho de uma forma mais coesa, mais organizada, então, o trabalho da docência... é a docência, ela é imprescindível quanto ao trabalho do pedagogo, à

Outros espaços, novos saberes: a atuação do Pedagogo no Centro de Referência e Assistência Social – CRAS, em Imperatriz – MA
Keyla Cardoso Tavares; Késsia Mileny de Paulo Moura

prática do pedagogo. Então, eu vejo que contribuiu muito *pro* trabalho desenvolvido aqui dentro do CRAS (Destques do entrevistado).

Sobre a docência e outras experiências na atuação do pedagogo, um texto da ANFOPE (1998, p. 13) considera que “a base da identidade profissional do educador é a docência”, como disseram os entrevistados. Desse modo, embora o CRAS não seja um espaço escolar, as experiências adquiridas na docência, de acordo com os pedagogos entrevistados, auxiliam na questão da didática e na relação com as pessoas atendidas.

Quando perguntados sobre a importância de um profissional como o pedagogo para o CRAS, os entrevistados ressaltaram questões como o olhar diferenciado que esse profissional tem e que lhe permite perceber as peculiaridades de cada pessoa atendida, especialmente das crianças, por ter estudado as fases de desenvolvimento. Além disso, destacaram o trabalho do pedagogo com as famílias e a sua capacidade de planejar:

Pedagogo F – [...] Mas é um trabalho educativo e educação, conhecimento, é assim, um tesouro, uma coisa muito boa pra qualquer pessoa, quanto mais acesso você tem à educação, melhor você se desenvolve. Então, eu acredito que, como profissional, a gente colabora nesse desenvolvimento dessas pessoas, e nós não estamos colaborando apenas no desenvolvimento da criança, a gente *tá* colaborando no desenvolvimento da família, nesse caso da comunidade, o que gera o fortalecimento dessa comunidade. Então, a gente *tá* tendo essa oportunidade de atuar como educador dentro de uma comunidade fortalecendo aquela comunidade, aquele espírito de comunidade. Isso aí, acho que é um trabalho muito bom, é algo que engrandece a nossa profissão de educador, você poder dar a oportunidade de uma comunidade inteira é, ter acesso à educação que não seja só o banco da escola, mas educação de uma maneira geral pra ele poder viver em sociedade, pra ele se tornar um cidadão crítico, conhecer os seus direitos. E se nós podemos oportunizar, então isso significa que é um profissional importante, sempre vai ter sua importância. Se não fosse assim, a gente não estaria aqui, também pra que que serviria, né? Então se como profissional eu posso contribuir pra fortalecer essa comunidade, então acho que é um serviço essencial, pra mim (Destques do entrevistado).

Esse conhecimento que a formação e a experiência com a docência fornecem ao rol de saberes que esse profissional constrói torna-o diferenciado nesse contexto de trabalho. Tardif (2002) destaca que o conjunto de saberes dá formato e identidade ao exercício profissional. No caso desses pedagogos, os saberes curriculares e os da experiência são indicadores da forma como conduzem sua função.

Quando questionados sobre as dificuldades para atuação no CRAS, foram citados problemas de estrutura dos prédios e a falta de materiais. Em relação à capacitação dos profissionais, os entrevistados destacam que ela deveria acontecer com mais frequência.

Na fala de alguns entrevistados, ainda foi possível perceber que, no período de adaptação, a questão de saber qual era, especificamente, o trabalho do pedagogo foi uma

Outros espaços, novos saberes: a atuação do Pedagogo no Centro de Referência e Assistência Social – CRAS, em Imperatriz – MA
Keyla Cardoso Tavares; Késsia Mileny de Paulo Moura

dificuldade, que superaram por meio de estudos. Segundo eles, para esses estudos foram utilizadas várias cartilhas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que orientam sobre a maneira assertiva de proceder dentro do CRAS.

Os entrevistados também levantaram a questão da formação oferecida pelo curso de Pedagogia, que, apesar de ser um curso que possibilita um olhar diferenciado, permitindo que esse profissional possa atuar em diversos ambientes, ainda não trata de forma mais aprofundada a atuação do pedagogo em relação à assistência social e aos direitos humanos. Situação que ainda perdura, mesmo que essa seja uma necessidade apresentada inclusive na Resolução nº 1/2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos:

Art. 5º - A Educação em Direitos Humanos tem como objetivo central a formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regionais, nacionais e planetário (BRASIL, 2012, p. 02).

Nesse sentido, verifica-se uma adaptação dos cursos de licenciatura a essa realidade, quando a Resolução nº 2/2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e continuada em nível superior, destaca, em seu Art. nº 13, § 2º, as áreas de conhecimento que devem ser contempladas nos cursos de licenciatura. Entre elas estão os direitos humanos e os direitos educacionais de adolescentes e jovens que estão cumprindo medidas socioeducativas. O texto esclarece o seguinte:

Os cursos de formação deverão garantir nos currículos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas (BRASIL, 2015, p. 12).

Essas diretrizes fortalecem a ideia da educação como fator determinante no processo de transformação social, por meio de informação, esclarecimento e defesa dos direitos, trabalho que a assistência social vem desempenhando por meio dos CRAS, entre outros programas.

Os pedagogos entrevistados concordam que a experiência de trabalho no campo da assistência social dentro do CRAS é enriquecedora, como na resposta a seguir:

Outros espaços, novos saberes: a atuação do Pedagogo no Centro de Referência e Assistência Social – CRAS, em Imperatriz – MA*Keyla Cardoso Tavares; Késsia Mileny de Paulo Moura*

Pedagogo D – [...] o trabalho no CRAS, ele é envolvente, ele é assim desafiador, porque você vê como é que estão as estruturas das famílias, como é que *tá* a sociedade. A função do CRAS é prevenir ou tentar melhorar essas situações que já estão estabelecidas de quebras de vínculos familiares de relacionamento de crianças que sofrem algum tipo de violação de direitos, alguma coisa assim, então é um desafio diário [...] (Destques do entrevistado).

Os pedagogos contribuem para o CRAS, sendo profissionais da educação que, junto com os outros que compõem a equipe técnica, podem trabalhar para a transformação social das pessoas atendidas. Mas essa experiência se torna também um grande aprendizado e um espaço de crescimento pessoal e profissional para os próprios pedagogos, que deixaram de atuar apenas nas escolas para ganhar outras áreas, como a assistência social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo conhecer o trabalho realizado por pedagogos nos Centros de Referência e Assistência Social (CRAS), na cidade de Imperatriz. Inicialmente, foi feita a leitura de livros e textos, que tratam da formação do pedagogo e do processo de ampliação das atividades desses profissionais para outros espaços além do escolar e também foram estudados vários documentos, que abordam a Assistência Social e o processo de implantação dos CRAS.

Os pedagogos que trabalham na equipe técnica do CRAS em Imperatriz são concursados pelo município e atuam no atendimento das famílias, nas visitas domiciliares, nos grupos de atendimento e no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. É deles a responsabilidade de direcionar e planejar, juntamente com os outros profissionais da equipe, as atividades a serem realizadas dentro do CRAS.

Os serviços ofertados à comunidade referenciada vão de aulas de dança até atividades físicas para idosos e crianças, palestras, acompanhamento familiar, encaminhamento para serviços básicos como atendimento médico, cadastramento em programas de transferência de renda e outros projetos. Contudo, considerando a realidade de muitas famílias, os CRAS foram criados para facilitar o acesso de qualquer um a todos os benefícios ofertados pela assistência social.

Dentro das unidades do CRAS, o pedagogo atua no planejamento anual, assim como planeja as atividades diárias e participa delas. A análise dos dados permite considerar que a experiência de trabalho em outros espaços tem sido importante para a atuação dos pedagogos dentro do CRAS. Ao falar sobre a experiência na docência, por exemplo, eles citaram a convivência com crianças e adolescentes para explicar como o trabalho no espaço

Outros espaços, novos saberes: a atuação do Pedagogo no Centro de Referência e Assistência Social – CRAS, em Imperatriz – MA
Keyla Cardoso Tavares; Késsia Mileny de Paulo Moura

escolar pode ajudá-los no desempenho de suas atividades como pedagogos, de forma mais fundamentada e significativa, dentro do CRAS.

A visão ampla do pedagogo, a partir da variedade de disciplinas ofertadas no curso de Pedagogia, oferece-lhe suporte para direcionar o trabalho realizado nas unidades do CRAS. Entretanto, essa visão geral pode alcançar resultados melhores se o pedagogo, ainda durante a formação, receber outras contribuições teóricas, que lhe permitam uma reflexão específica sobre os direitos humanos, além de vivências em espaços não escolares.

Esses novos espaços são uma realidade e formatam um perfil mais abrangente e ainda em construção do exercício profissional do pedagogo, visto que sua linha de atuação dependerá também dos objetivos que cada programa ou projeto definem.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. A. S. et al. Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia no Brasil: disputas de projetos no campo da formação do profissional da educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 27, n. 96, p. 819-842, out. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/es/v27n96/a10v2796.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2015.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 14 mar. 2015.

_____. Ministério da Educação. Parecer CNE/CP n. 5, de 13 de dezembro de 2005. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2005. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05_05.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2015.

_____. Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP n. 1, de 15 de maio de 2006. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2015.

_____. Presidência da República. Lei n. 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 07 de dez. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742.htm>. Acesso em: 30 out. 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004; Norma Operacional Básica – NOB/SUAS**. Resolução CNAS n. 145, de 15 de outubro de 2004. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social, Brasília, DF, 2005.

Outros espaços, novos saberes: a atuação do Pedagogo no Centro de Referência e Assistência Social – CRAS, em Imperatriz – MA
Keyla Cardoso Tavares; Késsia Mileny de Paulo Moura

Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas/politica-e-nobs>>. Acesso em: 30 out. 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas:** Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. 1. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. Disponível em:<http://www.mds.gov.br/.../copy_of_orientacoes_cras_1.pdf/download>. Acesso em: 25 out. 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução n. 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2009. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

_____. Presidência da República. Lei n. 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1993. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742.htm>. Acesso em: 30 out. 2015.

_____. Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação. Resolução n. 2, de 1 de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<http://www.cev.org.br/biblioteca/resolucao-n-2-de-1-de-julho-de-2015-cne/>>. Acesso em: 22 dez. 2015.

_____. Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2012. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/atos-normativos--sumulas-pareceres-e-resolucoes?id=17810>>. Acesso em: 22 dez. 2015.

BRZEZINSKI, I. **Pedagogia, pedagogos e formação de professores:** busca e movimento. Campinas: Papyrus, 2012.

CAVALCANTE, R.; SCHARAN, A.; ORZECOWSKI, S. T. A pedagogia além da educação formal. **Quaderns d'Animació i Educació Social**, Espanha, n. 10, p. 1-5, jul. 2009. Disponível em: <<http://quadernsanimacio.net/ANTERIORES/diez/APEDAGOGIA.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

CUNHA, E. F. **A trajetória da formação dos profissionais da educação de 1960 a 2006:** refletindo sobre os documentos da ANFOPE e o campo da Pedagogia. 2009. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/gH4ODL>>. Acesso em: 03 maio 2015.

Outros espaços, novos saberes: a atuação do Pedagogo no Centro de Referência e Assistência Social – CRAS, em Imperatriz – MA
Keyla Cardoso Tavares; Késsia Mileny de Paulo Moura

FRANCO, M. A. S. Para um currículo de formação de pedagogos. In: PIMENTA, S. G. (Org.). **Pedagogia e pedagogos: caminhos e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 99-127.

GOMES, G. P.; SOUSA, J. B.; SOUSA, T. S. Trabalho pedagógico realizado no PETI: desafios e perspectivas de uma atuação multifacetada na contemporaneidade. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 8, n. 13, p. 129-142, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.uesb.br/index.php/praxis/article/viewFile/1583/1455>>. Acesso em: 14 mar. 2015.

LIBÂNEO, J. C.; PIMENTA, S. G. Formação de profissionais da educação: visão crítica e perspectiva de mudança. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 68, p. 239-277, dez. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v20n68/a13v2068.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2015.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LIRA, L. **Prática Pedagógica na Assistência Social: Fortalecendo o processo de inclusão social através do CRAS**. Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania do Estado do Pernambuco, s./d. Disponível em: <http://www.fecam.org.br/arquivosbd/basico/0.627066001273164101_pratica_pedagogica_na_assistencia_social.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2016.

LOURENÇO, V. T. A educação não formal: a atuação do pedagogo no contexto do Centro de Referência de Assistência Social de Sinop-MT. **Revista Eventos Pedagógicos**, Sinop, v. 6, n. 4, p. 305-316, nov./dez. 2015.

MARTINS, E.B.A. Educação além dos muros da escola: o papel do pedagogo. **Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery**, Juiz de Fora-MG, n. 5, p. 1-13, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://re.granbery.edu.br/artigos/Mjk5.pdf>>. Acesso em: 07 set. 2015.

OLIVEIRA, A. A. Observação e entrevista em pesquisa qualitativa. **Revista FACEVV**, Vila Velha-ES, n. 4, p. 22-27, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.uneb.br/index.php/faceva/article/view/82>>. Acesso em: 18 jun. 2015.

UNESCO. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, de 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2016.

Recebido para publicação em 30/06/2016
Aceito para publicação em 11/01/2017